

## DOCUMENTO DA DIRECÇÃO DE SUPORTE À ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE SETEMBRO DE 2008

1. O Centro Operativo e de Tecnologia de Regadio foi criado a 19 de Março de 1999 com os seguintes objectivos de acordo com o artigo 3º dos Estatutos do COTR:

*“potenciar o desenvolvimento agrário, em especial através da coordenação e promoção da investigação científica, da experimentação, demonstração e difusão de resultados e da formação e qualificação profissional”.*

De acordo com estes estatutos foram estabelecidos dois Planos de Estratégias ( 1º entre 2000 e 2004 <http://www.cotr.pt/documentos/planodeestrategia.pdf> e o 2º entre 2005 e que se prolongará até 2010 [http://www.cotr.pt/documentos/plano\\_estrategia2005\\_2010.pdf](http://www.cotr.pt/documentos/plano_estrategia2005_2010.pdf) ), que orientaram a vida do COTR nestes nove anos de existência. Estes Planos de Estratégia foram aprovados por unanimidade dos Associados aprovados nas respectivas Assembleias Gerais após os respectivos pareceres do Conselho Consultivo do COTR.

2. O Centro Operativo e de Tecnologia de Regadio foi financiado a 100 % através do Programa PEDIZA.
3. Complementarmente o Centro Operativo e de Tecnologia de Regadio foi desenvolvendo a sua actividade com 31 projectos financiados através dos Programas AGRO (2), PEDIZA (4), INTERREG (2) (projectos em que o COTR foi coordenador) e 23 projectos financiados através dos Programas AGRO (11), PEDIZA (11), projecto europeu WATERUSE, em que o COTR foi parceiro.
4. Sendo o principal objectivo do COTR a TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA para os utilizadores, a maioria destes projectos foi desenvolvida em parceria com alguns agricultores do Alentejo.

Nestas condições foram estabelecidas parcerias com:

- a. Empresa de Desenvolvimento Infra-Estruturas do Alqueva
- b. Direcção Regional de Agricultura do Alentejo
- c. Direcção Regional de Agricultura do Algarve
- d. Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
- e. Instituto Nacional de Recursos Biológicos
- f. Escola Superior Agrária de Beja
- g. Universidade de Évora
- h. Instituto Superior de Agronomia
- i. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
- j. Escola Superior Agrária de Elvas
- k. Associações de Regantes
- l. Associações de Agricultores



- Cooperativa Agrícola de Beja
  - Cooperativa Agrícola de Brinches
  - Cooperativa Agrícola de Beringel
  - Associação de Jovens Agricultores de Moura
  - Associação de Agricultores do Distrito de Portalegre
  - Associação de Agricultores da Região de Alcobaça
  - Associação de Beneficiários do Xévorá – Campo Maior
  - Associação de Beneficiários do Caia - Elvas
  - Associação de Beneficiários da Obra de Rega de Odivelas – Ferreira do Alentejo
  - Associação para a Produção e Protecção Integrada de Citrinos – Silves
  - União Agrícola do Norte do Vale do Tejo – AGROTEJO - Golegã
  - Frutus – Estação Fruteira de Montejunto. CRL - Cadaval
- m. Junta da Andaluzia - Espanha
- n. Centro Regional de Estudios del Agua (CREA) da Universidade de Castilla-La Mancha (UCLM) - Espanha
- o. Instituto de Desarrollo Regional (IDR) da Universidade de Castilla-La Mancha (UCLM) - Espanha
- p. Centro Tecnológico Agro-Alimentario de Extremadura – CTAX – Badajoz - Espanha
- q. bios4 – systemic sustainability solutions. Rammel & Partner OEG. Akkonplatz 4/19, A-1150 Vienna. Áustria
- r. Cooperative Research Center for Irrigation Futures – Austrália
- s. Fundación Universidad Empresa – Region de Múrcia
- t. Internacional Network of Irrigation Tests Laboratories – France
- u. Instituto Agronómico de Campinas, Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – Brasil
5. Após os primeiros três anos em que, apesar de se ter apostado essencialmente na formação dos técnicos, se foi procurando envolver os diversos agentes do regadio, a partir dessa data, passou a dar-se grande ênfase na assistência técnica directa a agricultores, empresas, técnicos de rega e fabricantes, tarefa esta muito difícil a princípio, pela escassa sensibilidade que os mesmos mostravam, e que se foi atenuando a pouco e pouco até aos dias de hoje em que a dúvida se transformou no reconhecimento em prol da modernização das técnicas de regadio, com uma procura crescente, não só na área do Alentejo, como em muitas outras, com especial relevo no Oeste, Ribatejo e Algarve.



6. Apesar do trabalho que foi sendo realizado e do reconhecimento feito pelos diversos utilizadores, a sua natureza não permite, apesar das mais valias que vai produzindo, gerar receitas suficientes para manter a actividade dum Centro com estas características.
7. Tendo presente esta realidade, e os rumores que passaram a circular sobre a falta de financiamento do COTR para além de Junho de 2008, e continuando a estratégia do COTR, em 2006, o COTR iniciou um trabalho de sensibilização, não só dos Associados, como de um conjunto de outras entidades, para o tipo de trabalho ao nível da experimentação, formação, assistência técnica, informação, área laboratorial, rede SAGRA, disponibilização de informação, transferência de tecnologia, rede de parcerias, não só nacionais como ibéricas. Através destes contactos, tentou chamar-se à atenção para a impossibilidade do tipo específico de trabalho que se exigiu ao COTR gerar receitas que assegurassem a sustentabilidade futura do Centro, pelo que, se essas entidades considerassem útil este trabalho seria necessário que TODOS procurassem mecanismos de suporte da actividade do COTR para além de Junho de 2008.
8. Em 2006 foi elaborado um Documento Interno em que se estabeleceu uma Estratégia para Aumentar a Visibilidade do COTR, já que parecia que muitos das Entidades ligadas ao Regadio não conheciam o trabalho do COTR, ou se conheciam, não tinham a percepção do real valor do mesmo.

Assim foi decidido pedir audiências às seguintes entidades:

- CCDR - (16/03/2006)
- DRRAL - (04/06/2006)
- IDRHa - (26/07/2006)
- MADRP - (03/04/2004 - Assessora - Dra. Isabel Sarmento)
- DGADR
- DRAPC
- DRAPAlg
- DRAPAI
- DRAPN
- EDIA - (06/02/2007, 20/11/2007; 18/12/2007)
- GPP - (12/10/2006)
- IPAD - (03/03/2007)
- ACOS
- NERBE (17/07/2006)
- CAP - (20/09/2006)
- CNA
- CONFAGRI
- AADP
- JBXÉVORA
- ABCAIA
- AADE
- AJAMOURA
- CABRINCHES
- CABEJA
- CABERINGEL

- ABORODIVELAS
- APICITRO
- IPBEJA
- ESAELVAS
- ISA
- UE – (10/10/2006)
- AJAP – (15/09/2008)
- CAVIDIGUEIRA – (31/10/2006)
- ATEVA
- Associação de Agricultores do Baixo Alentejo
- ANPROMIS
- APARROZ
- ANPROBE
- INIAP – EAN, ENMP, LQRS
- IVV
- FENAREG – (20/11/2007)
- Sub-Comissão Parlamentar de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (07/11/2006 e 08-04-2008)
- Administração de Região Hidrográfica – (4/12/2007 – Eng. Paula Sarmento)

Com as quais foram realizadas reuniões nas datas indicadas.

9. Em Setembro de 2007 foi elaborado um Documento de Reflexão sobre a mesma problemática intitulado - **O CENTRO OPERATIVO E DE TECNOLOGIA DE REGADIO PASSADO, PRESENTE E ...QUE FUTURO?** – que pode ser analisado em <http://www.cotr.pt/documentos/memorandum.pdf>.

Este documento, além de estar na Internet, foi enviado às seguintes entidades:

- Ministro da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas (Chefe de Gabinete e Dra. Isabel Sarmento);
- Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e Florestas (Chefe de Gabinete e Eng. Carlos Pais);
- Direcção Geral Agricultura Desenvolvimento Rural (Director e Subdirector, Eng<sup>os</sup> Tito Nunes, Campeã da Mota, José Passos, João Bragança, Nicolau Galhardo e Quintão Pereira);
- Gabinete de Planeamento e Políticas (Directora, Eng<sup>os</sup> Margarida Teixeira e Brito Ramos);
- Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (Director, Subdirector e Eng. Francisco Correia);
- Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve (Director);
- Direcção Regional de Agricultura e Pescas Lisboa e Vale do Tejo (Director);
- EDIA (Presidente);
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (Presidente e Dr. Filipe Palma);



- Governador Civil de Beja;
  - Instituto Nacional de Recursos Biológicos (Presidente).
10. Na mesma data, o mesmo documento foi enviado para as entidades ligadas ao Ministério do Ambiente, no sentido de tentar, junto deste organismo, encontrar algum tipo de financiamento ao abrigo da legislação sobre a – Taxa de Recursos Hídricos
- Ministro do Ambiente (Chefe de Gabinete);
  - Secretário de Estado do Ambiente (Chefe de Gabinete);
  - Instituto da Água (Director e Subdirector, Eng. Adérito Mendes, Dr.Raul Caixinha);
  - Conselho Nacional da Água (Presidente);
  - Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (Presidente);
  - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (Presidente);
  - Agência Portuguesa do Ambiente (Presidente);
  - EDIA (Presidente, Dr. Pires de Andrade e Eng. Hemetério Monteiro);
  - CCDR (Directora e Eng. Paula Sarmento);
  - Governador Civil de Beja;
  - Liga Protecção da Natureza.
11. Dada a preocupação sobre a falta de soluções práticas, apesar de todo o apoio e reconhecimento manifestado nos contactos havidos de forma inequívoca, foi decidido realizar, em Novembro de 2007, uma Assembleia Geral Extraordinária para que os Associados se pronunciassem sobre esta questão.
12. Na sequência desta AGE, e de acordo com uma sugestão da representante do GPP, foi enviado um e-mail a este organismo, no sentido de poder ser agendada uma reunião entre a Direcção do COTR e o GPP com o objectivo de analisar a possibilidade de acautelar os textos das Portarias sobre algumas das Medidas do PRODER, de forma a possibilitarem o financiamento do trabalho do COTR.
13. Na sequência da reunião havida a 07/11/2006 com a Sub-Comissão Parlamentar de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, esta Sub-Comissão visitou o COTR no dia 08/04/2008. O resultado dessa reunião pode ser analisado em [http://www.cotr.pt/documentos/ACTADAVisitadosdeputados\\_abril2008.pdf](http://www.cotr.pt/documentos/ACTADAVisitadosdeputados_abril2008.pdf).
- A visita dos Senhores Deputados da Sub-Comissão Parlamentar de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas provocou um certo agitar de várias entidades que, nas datas subsequentes, se desdobraram em contactos, em referências, em entrevistas, quer em rádios, quer em jornais e revistas.
14. No dia 14/05/2008 a Direcção do COTR foi convocada pelo Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e Florestas – SEDRP - para uma reunião que decorreu nas instalações do MADRP em Lisboa. Nesta reunião participou o Sr. Governador Civil de Beja.
- No final desta reunião, que correu de uma forma extremamente proveitosa, e para ajudar a tomar decisões, o Sr. SEDRP solicitou que o COTR lhe apresentasse quais



poderiam ser, em sua opinião, possíveis áreas de trabalho que permitissem, através de contratos programa, parcerias ou outras, assegurar a sustentabilidade do Centro.

Por sua vez, o COTR solicitou ao Sr. SEDRP que, se fosse possível, assegurasse a continuação da equipa COTR, como um todo, já que essa é a sua grande valia.

Sobre este ponto foi ainda discutido entre todos os presentes as dificuldades que se iriam colocar à sustentação desta equipa num futuro recente, já que o COTR, sem financiamento a partir de 30 de Junho de 2008, apenas conseguiria sobreviver até ao último trimestre de 2008, mas entre este período e a possibilidade de poder vir a recorrer a projectos financiados pelo PRODER, que dificilmente gerarão dinheiro vivo antes do final do primeiro trimestre de 2009, há o perigo desta equipa se desmornar sem possibilidade de reconstrução.

15. No final do mês de Maio, o COTR enviou ao Sr. Secretário de Estado, via Sr. Governador Civil de Beja, um documento com 18 ideias sobre alguns dos trabalhos que o COTR poderia realizar.
16. As fontes de financiamento que se apontam como possibilitadoras de assegurarem este funcionamento – PRODER – não se encontram disponíveis, nem se vislumbra quando o possam estar já que, não existindo ainda portarias para a maioria delas, e atendendo ao tempo que medeia entre a sua saída, a abertura de concurso, a avaliação das propostas, a contratação e atribuição de fundos será normalmente longa.
17. Por força destas mesmas razões, algumas Prestações de Serviços que poderiam ser prestadas a particulares estão, como que “congeladas”.
18. Neste momento, meados do mês de Setembro, e após ter terminado o programa de financiamento do COTR, o mesmo assegura o seu funcionamento a partir do capital social e das reservas acumuladas durante os seus nove anos de história.
19. Estas verbas permitem assegurar o funcionamento do COTR até ao dia 31/12/2008.
20. Para além destes fundos, o COTR apresentou candidaturas a projectos integrados na Cooperação Transfronteiriça (2) e INTERREG (1). Também aqui não se vislumbra quando poderão, no caso de serem aprovados, estar efectivos.
21. Cabe aqui dizer que, para assegurar a inexistência de “buracos financeiros”, se torna necessário, com antecedência, cancelar os contratos com a EDP, PT, TMN, Seguros de Trabalho, Seguros de Viaturas, contrato de limpeza das instalações, Contractos de Trabalho com os 14 técnicos do COTR (implica uma indemnização da ordem dos 108 000 €), desactivação da Rede SAGRA, cancelamento de Prestações de Serviço, etc.
22. Face a esta situação, em que a Direcção do COTR não conseguiu encontrar nenhuma solução financeira sustentável que permita assegurar o funcionamento do Centro, entende a mesma que os Srs. Associados se devem pronunciar sobre o futuro do COTR, nomeadamente sobre:
  - a. Continuação do COTR. Como? Com que financiamento? Com que garantias?
  - b. Encerramento do COTR a partir da data 31/12/2008

A Direcção do COTR